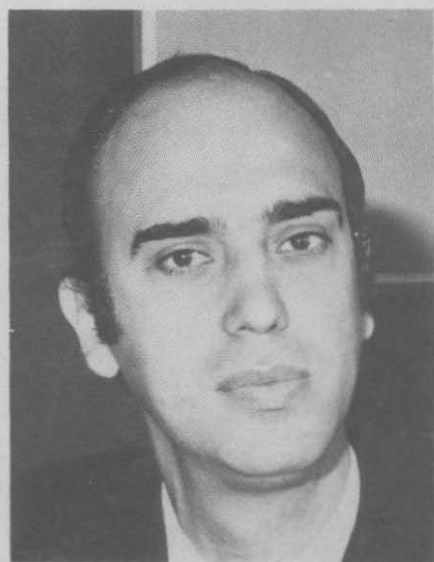


MARCO MACIEL

SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA
CULTURAL



16 AÇÃO PARLAMENTAR

Senador MARCO MACIEL

**SUBSÍDIOS PARA UMA
POLÍTICA CULTURAL**

16 — AÇÃO PARLAMENTAR

BRASÍLIA — 1983

Vive-se o tempo de entendimento de que "a cultura é a matéria-prima da educação", cabendo-lhe criar processos de aprendizagem adequados à realidade de hoje. Abordando assuntos vitais na área de cultura, como a necessidade de uma tomada de consciência referente á preservação da memória nacional, esta publicação defende o fortalecimento e democratização do setor editorial — lembrando, como dizia Monteiro Lobato, que um país se constrói com livros e homens, comprova a íntima conexão entre Bibliotecários e Políticos e, ao final, reivindica mais espaço para a cultura em nosso país, através da definição de uma adequada política para o setor.

INDICE

	<i>Pág.</i>
Museus: fontes da memória nacional	7
Incentivos às atividades editoriais	13
Importância da Biblioteconomia	27

MUSEUS: FONTES DA MEMÓRIA NACIONAL

Está-se realizando em Brasília, promovido pela Associação Brasileira de Museologia, presidida pela Dr^a Neuza Fernandes, o VIII Congresso Nacional de museus, que reúne, entre profissionais no assunto, políticos, técnicos, dirigentes governamentais, jornalistas e estudantes, mais de 200 pessoas.

À abertura do congresso estiveram presentes, entre muitas e representativas figuras, o secretário de cultura do MEC — professor Marcos Vinícius Vilaça —, a professora Yeses Amoedo Passarinho, que representou a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, o Deputado Rômulo Galvão, o Ministro Guido Mondim e do temário do encontro constam temas relativos não só ao desenvolvimento das atividades de museologia, bem assim sobre a formação e regulamentação da profissão.

Como político — dedicado, conseqüentemente, aos problemas de interesse cívico — percebo a relevância de um congresso dessa natureza.

Quero referir-me, sob essa perspectiva, aos aspectos substancialmente sociais e, portanto, políticos, da museologia, à sua importância nítida no elenco de uma política cultural — que, por seu turno, é de vital significação para o país.

Com efeito, o que é uma nação senão primordialmente, essencialmente, uma realidade histórico-cultural?

A nação — disse-o Renan em sua bela e lapidar fórmula — “é uma alma, um princípio espiritual”. E completou: É a posse em comum de um rico legado de recordações; é o consenso atual, é o desejo de viver juntos, a vontade de seguir acrescentando a herança recebida pro invidiso”.

Noutras palavras, a Pátria é o sonho do futuro compartilhado — como o fronde imenso de uma árvore lançando-se para o alto, mas com o tronco solidamente plantado, firmado em raízes profundas que lhe dão a seiva vital.

Vem daí a enorme importância cívica do conhecimento do passado do país, o seu inestimável acervo de realizações históricas, artísticas, científicas ou técnicas. Vem daí a significação do museu como instituição criada precisamente para conservar, estudar, valorizar por todos os meios e essencialmente expor para a educação e — se quiseram — deleite do público esse mesmíssimo inestimável acervo.

O museu tem, como é sabido, um caráter fundamentalmente docente e pesquisador.

É instituição que tem significação dialética — no mais puro sentido socrático —, vale dizer, busca o diálogo, raciocina, expõe, questiona, instrui.

Das suas três principais funções, que são conservação, estudo e ensino, é nesta última que o museu realiza plenamente sua repercussão social, sendo também a mais importante, dado que as outras duas estão endereçadas a esse fim eminentemente educativo.

Ao lado dessa magnífica função pedagógica, o museu tem correlatamente uma missão cívica, e a conjunção de ambas é que lhe dá uma clara e forte dimensão política.

Ainda dentro desse eixo de coordenadas políticas, vale observar que instituição cultural por excelência, o museu vem, ainda, ao encontro dessa aspiração dos nossos dias, de inequívoco caráter democrático, que é a busca da educação permanente.

Herança cultural

A educação, como sabemos, é um meio de atingir a plenitude humana, e como tal, configura-se como direito de todos.

A nossa era é cada vez mais a era pedagógica, até porque parece claro a todos o entendimento de que “só na cultura o homem vive uma vida verdadeiramente humana” — consoante frase do papa João Paulo II, inspirada em multissecular ensinamento tomista coincidente, de resto, com a mais moderna acepção antropológica do termo **cultura**.

A educação — vale dizer a cultura — é uma verdadeira interiorização da razão. Nela se conjugam admiravelmente os valores da tradição e do progresso, visto que por ser capaz de receber a herança dos seus antepassados, de compreendê-la e assimilá-la, é que o homem se capacita a melhorá-la e desenvolvê-la.

“O que funda a humanidade” — diz-nos Jean Lacroix — “é o dever que cada um tem de transmitir aos vindouros aquilo que recebeu dos antepassados — e aperfeiçoá-lo.”

A noção de herança cultural é a categoria fundamental do homem, pois é pela interiorização do passado que o indivíduo adquire a sua própria consistência.

Esse processo de transmissão de uma cultura nos dota de memória — e a memória, como o demonstraram filósofos os mais diversos, das mais distintas latitudes e épocas — é a própria espiritualidade do homem.

Nessa ordem de idéias, a educação dos adultos, a permanente e onímoda reciclagem é mais do que uma possibilidade: é uma necessidade, pois somente assim será viável a transformação social sempre almejada, rumo ao desenvolvimento.

É hoje lugar-comum que a educação é um investimento em capital humano, que o capital humano é a principal riqueza de um país, que a educação deve ser ampla, aberta, permanente e não estritamente especializada.

Todas essas idéias convergem para a temática inicialmente suscitada, referente à importância do museu como instituição educadora e como fonte de preservação da memória nacional.

Insisto ainda no inumerável valor social dessa função museológica, pois é a partir da consciência das raízes que emergem os mais fortes, os mais sólidos sentimentos patrióticos — que são a própria alma, o próprio arcabouço espiritual de uma nação.

Proteger, restaurar, divulgar os bens do patrimônio cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e vivência dos valores que lhes são imanentes — eis uma belíssima tarefa da mais alta significação cívica.

Essa, aliás, tem sido a orientação que tem imprimido — à frente da Secretaria de Cultura do MEC — o Professor Marcos Vinícius. Ele, com a visão larga e o tirocínio administrativo que o caracterizam, vê a cultura não apenas num conceito amplo, mas, de abrangência, onde consideram-se tanto os bens móveis e imóveis plenos de valor histórico e artístico, quanto os bens de produção cultural. Dentro desse quadro e, interpretando-se o real significado dos museus para a vida da nação, foi instituído, em fins do ano passado, por sua iniciativa o programa nacional de museus, visando a dinamizar, valorizar, revitalizar, enfim, tornar viva a atividade museológica do País.

Apoio aos museólogos

Tem-se, destarte, a visão abrangente que permite uma política de desenvolvimento do fazer cultural de uma gente.

Vive-se o tempo de entendimento de que a cultura é matéria-prima da educação, cabendo-lhe criar processos de aprendizagem adequados à realidade de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de tudo isso, decorre, a meu ver, a necessidade cada vez maior — na complexa e, portanto, crescentemente especializada sociedade de nossos dias — de cursos voltados para a formação de quadros, vale dizer, de museólogos.

Como corolário do que se afirma, torna-se também impostergável o adequado e justo reconhecimento da respectiva profissão, tarefa, aliás, a ser compartilhada pelos poderes Executivo e Legislativo.

A respeito convêm lembrar que a Câmara dos Deputados vem de aprovar projeto de iniciativa do ilustre Deputado Álvaro Valle, com substitutivo de seu eminente par — Rômulo Galvão —, dispondo sobre a desejada regulamentação da carreira de museólogo.

Estou certo de que, agora, a profissão terá, em sua tramitação, no Senado Federal, o mesmo apoio obtido na outra casa de representação popular, de sorte que se possa, no Brasil, dar o justo reconhecimento a tão desaparecida, quanto relevante, atividade.

Tudo isso se impõe para que se faça da melhor forma a correta administração e operação dos museus, e seus acervos, graças — friso — à existência de pessoal devidamente formado e habilitado profissionalmente.

Não estaria exagerando se dissesse que essas medidas compõem um quadro de aperfeiçoamento institucional — e por que não proclamar — democrático, que se almeja para a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesse momento histórico em que vivemos, agora que o nosso País gradativamente supera uma encruzilhada de decisiva importância para o seu destino de nação, agora que o Brasil delineia o seu perfil democrático e busca mais largos e mais vitais horizontes de possibilidades e realizações — é, sem dúvida, fundamental a tomada de consciência da necessidade de preservação da memória nacional.

A Museologia, de par com sua inestimável função pedagógica, tem um importante papel nessa dimensão cívica, vale dizer política — na mais alta e mais pura acepção do termo.

Em face dessas razões e pelo temário e objetivos do VIII Congresso Nacional de Museologia, é que entendi de produzir este registro no Senado Federal, ao tempo em que expresso a certeza de que venha o referido conclave contribuir para um melhor conhecimento da atividade e oferecer ao País e aos seus governantes valiosas idéias e sugestões.

INCENTIVOS ÀS ATIVIDADES EDITORIAIS

O desenvolvimento cultural de um povo se faz também e, talvez, sobretudo, pela leitura de livros, revistas e jornais. Medidas de estímulo a esse hábito devem merecer permanente atenção do Governo, dada a sua importância para a formação e informação cultural, social e política dos membros de uma sociedade que pretenda ser verdadeiramente democrática.

O livro, definido por Jorge Luís Borges como “Extensão da Memória e da Imaginação” — seja nas suas formas primitivas, seja nos *Codices Romanos* que deram início à atual — tem sido, ao longo da história da humanidade, instrumento por excelência de eternização da memória, fonte inesgotável de saber. A qual nação civilizada não associamos, imediatamente, seus principais livros e autores — *Dom Quixote* e Cervantes com Espanha, *Os Lusíadas* e Camões com Portugal, Goethe com a Alemanha, Shakespeare com a Inglaterra e assim por diante? Não seriam por acaso os livros — como a **Bíblia** e o **Alcorão**, a modo de exemplo — repositórios das aspirações religiosas, a propiciar-lhes difusão nos mais recônditos lugares do planeta e transmissão a inúmeras gerações? Ou, no plano material, pode ser contestado o valor de determinados livros na instituição de sistemas políticos e econômicos em várias partes do mundo e diferentes épocas?

Não menos importante tem sido o papel desempenhado pelos periódicos. A moderna comunicação de massas, principalmente a eletrônica, não nos deve impelir a pensar que se tornou menor a significação dos jornais e revistas, pois o aparecimento da Imprensa, no passado, não substituiu a linguagem oral, vindo, ao contrário, a ela juntar-se. A imprensa é veículo apropriado à expressão da Linguagem culta.

Jornais e revistas, a par de desempenharem funções análogas às do livro, embora ancilarmente, possibilitam divulgação de relatos e comentários sobre os mais diversos assuntos, imprescindíveis à convivência e evolução humana. Em todo o universo, são milhões de exemplares diários, contribuindo para o aprimoramento cultural dos povos, alguns chegando a exercer influência muito além das fronteiras dos países onde são editados.

Daí considerar-se como marcos históricos do processo evolutivo a descoberta do papel, pelos chineses, e a invenção do tipo móvel, por Gutenberg, possibilitando a expansão da imprensa. Desde então, e até os nossos dias, esta tem

crescido de importância, influenciando diretamente nas vidas das gentes e das nações.

No Brasil mesmo há exemplos notáveis: a Independência em muito se deveu à instalação, em 1808, da Imprensa Régia, que possibilitou intensificação do Movimento editorial, ensejando surgimento de clima intelectual propício ao movimento; praticamente à mesma época, Hipólito José da Costa fundava o **Correio Braziliense** que, não obstante editado em Londres, circulou no país durante 12 anos com “finalidade de preparar para o Brasil instituições liberais”; posteriormente incontáveis campanhas foram deflagradas ou apoiadas pelo *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825 e ainda hoje um dos principais jornais do País: *Revista Ilustrada*, nascida em 1876, foi classificada por Joaquim Nabuco como a “Bíblia da abolição dos que não sabem ler”. Muitos outros poderiam ser mencionados, como as campanhas cívicas de Olavo Bilac e Monteiro Lobato, amplamente arrimadas pela edição de livros e jornais.

Estímulo ao Livro

Quem, hoje em dia, pode desconhecer a importância dos livros, jornais e revistas na tarefa à qual nos empenhamos de promover o aperfeiçoamento das instituições democráticas; de perseverar na busca do desenvolvimento? Nós mesmos, nesta Casa, estamos permanentemente nos abeberando nos ensaios, nas teses científicas, nas mais diversas obras publicadas no Brasil; estamos sempre a captar aspirações e anseios do povo, estamos sempre a ver ecoadas nossas manifestações e proposições através de uma imprensa felizmente livre e cada dia de nível melhor.

Ademais de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, haveremos de considerar também o que a produção e distribuição de livros, jornais e revistas representam atualmente para a economia nacional. As centenas de milhares de empregos gerados — propiciando ocupação para intelectuais, editores, artistas, gráficos, artesãos, distribuidores e operários.

São atividades que estão, portanto, a merecer de mais a mais incentivo governamental. E esse, para ser eficaz, há de fundamentar-se sobretudo no “estímulo ao hábito de leitura em nosso País, raiz de todo o problema”, como assinala mensagem que me dirigiu a Doutora Regina Bilac Pinto Zingoni, Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Particularmente benéfica tem sido a permissão às pessoas físicas, nos termos da legislação do Imposto sobre a Renda de redução de despesas com aquisição ou assinatura de livros, jornais, revistas e outras publicações necessárias ao desempenho da função técnica.

Esse incentivo, porém, apresenta ainda limitações, que a meu ver estão a reclamar reparos, com vistas a cumprir mais eficazmente seu papel de estimular a leitura.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em virtude dessas considerações é que venho propor ao Governo Federal, de modo particular às autoridades fazendárias — Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles — se examine a possibilidade de estender incentivos às atividades editoriais, especialmente permitindo que:

a) Sejam deduzidas, sem limites, despesas realizadas com aquisição de livros — inclusive didáticos, e não apenas os técnicos ou científicos — e assinatura de jornais e revistas.

b) As pessoas jurídicas também possam se utilizar desses benefícios para uso próprio ou mesmo para doação a instituições de caráter cultural — bibliotecas, escolas, entidades culturais e congêneres.

Enfim, tudo isso se inserindo dentro de uma política que venha a valorizar não apenas a atividade editorial, mas sobretudo a estimular em nosso País a leitura, vale dizer, o desenvolvimento cultural do nosso povo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em virtude dessas considerações é que eu venho trazer a esta Casa um apelo para que o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, estude e examine a possibilidade de conceder incentivos e estímulos à atividade editorial em nosso País.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer ouço V. Exª

O Sr. Nelson Carneiro — V. Exª focaliza o aspecto do incentivo à atividade editorial. Todos nós estamos lendo nos jornais, com pesar, que está sendo posto praticamente em leilão todo o acervo da Editora José Olympio, que prestou a este País inestimáveis serviços, com a divulgação de numerosas coleções da maior relevância. O aspecto que certamente V. Exª abordará é daqueles que chocam a quantos acompanham os heróis que ainda se dedicam à publicação e divulgação do livro no Brasil.

Mais Estímulos

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Nelson Carneiro, eu acompanho o pensamento de V. Exª, quando chama a atenção para o lamentável episódio, de que nós estamos a tomar conhecimento pela leitura de jornais, com relação ao fechamento de uma das mais importantes editoras de nosso

País, que tem tido, ao longo das últimas décadas, um papel extremamente relevante, inclusive na divulgação do nosso patrimônio cultural. A “José Olympio” caracterizou-se, sobretudo, por editar autores brasileiros e de modo especial aqueles voltados para os aspectos políticos — sociais de nossa Pátria. Por isso, quero associar-me à preocupação que V. Exª neste instante revela e traz ao conhecimento da Casa, e dizer que, de fato, nós precisamos, se é que pretendemos efetivamente promover um adequado desenvolvimento cultural de nosso povo, cogitar, cada vez mais, de novas medidas de estímulo ao desenvolvimento editorial do nosso País, criando ao nosso povo condições de melhor acesso a livros, jornais e revistas.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema — Não digo que o Senador Nelson Carneiro tenha surrupiado o meu aparte — eu iria justamente falar sobre o mesmo assunto — mas a sensibilidade do Senador Nelson Carneiro anda sempre na frente dos acontecimentos. O José Olympio, editor de V. Exª e também meu editor, é um padrão para este País, no setor editorial. O discurso que V. Exª pronuncia nesta Casa é da maior oportunidade, porquanto, como V. Exª frisou, os meios tecnológicos de comunicação não conseguem afastar Gutenberg. Continuamos, ainda hoje, a achar que no livro é onde há a perenidade da idéia. A idéia fica imortal no livro. Desde os 20 anos que eu me encontro ligado a editores e sei das dificuldades que as grandes casas editoras atravessam atualmente. Quem conheceu os dias grandiosos da Editora Globo, lá do Rio Grande do Sul, onde pontificava a figura do romancista Êrico Veríssimo; quem viu a Editora Nacional, em São Paulo, no setor do livro didático e das coleções, como a Brasileira, que tanto V. Exª como eu líamos com o maior interesse, formando a nossa cultura lá no Nordeste; quem conhece a Civilização Brasileira — há de verificar que nós não podemos ficar de braços cruzados diante da situação em que se encontra o mercado livresco brasileiro. Por isso, receba V. Exª minha integral solidariedade, quando analisa tema tão fundamental para a sobrevivência da Cultura Nacional, sobretudo, quando temos o exemplo, citado pelo Senador Nelson Carneiro, da Livraria José Olympio Editora.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Aderbal Jurema, eu acolho, com muita alegria, a manifestação de V. Exª, incorporando, assim, o seu aparte ao texto do meu discurso.

Quero dizer que, além das observações de V. Exª, há outro fato também que tem contribuído para inibir o movimento editorial brasileiro. V. Exª fez referência a várias editoras famosas no País, desapareceram ou estão ameaçadas de desaparecer. E, a meu ver, a razão para que este fato esteja ocorrendo reside, no meu entendimento, na enorme proliferação de gráficas por parte do próprio poder público, que tem feito com que se reduza a atividade editorial privada, le-

vando, conseqüentemente, editoras e livreiros famosos a passar por todo tipo de vicissitudes e dificuldades. Eu creio que uma das causas da crise que nós atravessamos reside na estatização também do parque gráfico brasileiro, e, assim, por conseqüência, do nosso movimento editorial.

Por isso que eu venho à tribuna, nesta tarde não apenas para advogar estímulos a esta atividade, através inclusive de mecanismos legais, quem sabe, através do imposto de renda, igualmente mas para solicitar que ao lado disso cogite o Governo de outras providências no sentido de que essa atividade não fique prejudicada, trazendo enormes prejuízos para que o País possa promover o seu desenvolvimento orgânico integrado.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

Situação Alarmante

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Marco Maciel, eu comungo com as preocupações de V. Ex^a, com a sorte do setor editorial neste País. O problema de cultura é crucial para um país subdesenvolvido. Eu diria mesmo, Excelência, que o nível de desenvolvimento sócio-econômico e político de um país pode ser avaliado pelo número de títulos publicados. E nesse aspecto a situação do Brasil é simplesmente alarmante. Publica-se muito pouco e lê-se muito pouco neste País. Pasmem V. Ex^a; uma cidade como Buenos Aires tem mais livraria do que todo o Brasil, isto tomando como termo de comparação um país vizinho, sócio das mesmas agruras e das mesmas dificuldades por que nós passamos neste momento. V. Ex^a suscita a questão da Livraria José Olympio Editora, embora este não seja só um fenômeno brasileiro. Temos visto grandes parques editoriais desaparecerem em outros países, em países ricos, inclusive também em setores ligados à imprensa. V. Ex^a viu o desaparecimento da revista *Life*, nos Estados Unidos, V. Ex^a viu a crise do jornal *Time*, na Inglaterra. De modo que esse não é um fenômeno só nosso. Mas pelas condições políticas que se geraram no País, agora, pela abertura ao conhecimento, pelo estímulo à perquirição da verdade, eu achava que esse setor editorial deveria extamente crescer na proporção esperada por V. Ex^a Lamentavelmente, está acontecendo o inverso. Esse problema precisa ser estudado com a urgência que V. Ex^a coloca nesse momento. Daí, então, fazer meu, também, o apelo de V. Ex^a, para que os órgãos do Planejamento neste País se debrucem sobre este problema e encontrem, rapidamente, uma solução, que nos leve a um aprimoramento cultural. Eu entendo que a capacidade deste País de se soerguer vai depender do nível de

seus recursos humanos, vai depender do grau de aculturação geral da população.

O SR. MARCO MACIEL — Caro líder Senador Marcondes Gadelha, eu gostaria de iniciar minhas apreciações sobre o seu aparte lembrando que a Argentina, como salientou V. Ex^a, embora tenha um movimento editorial superior ao nosso, é um país que tem apenas 1/4 da nossa população. E, ao lado da Argentina, existem outros países também latino-americanos, como o Brasil, que têm movimentos editoriais superiores ao nosso.

Eu poderia, recordar o exemplo do México, que tem um dos mais pujantes movimentos editoriais de toda a América. Tudo isso, então, só nos leva a conclusão: a necessidade de trazermos cada vez maiores estímulos para o setor editorial brasileiro, como forma não apenas, faço questão de frisar, de prestigiar um segmento industrial, mas, como forma sobretudo, de contribuir, como lembrou V. Ex^a, para o levantamento das condições culturais do nosso povo, porque, efetivamente, nós só podemos ter uma sociedade desenvolvida se tivermos um povo que se caracterize por elevados padrões intelectuais e culturais.

Por isso, considero extremamente importante que o Governo, sobretudo no instante em que se promove um bem sucedido projeto de abertura política, cogite, cada vez mais, de novas medidas de apoio a esse setor, como forma de promovermos o nosso mais rápido desenvolvimento cultural e, assim, criar melhores condições de vida para o nosso povo.

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador Marco Maciel, creio que V. Ex^a envereda pelo caminho certo ao sugerir ao Ministro da Fazenda que encontre algum meio de incentivar a atividade editorialista no País. Mas V. Ex^a, mesmo, como alguns dos colegas que o apartearam, parece reconhecer que o problema fundamental é o do desenvolvimento cultural do País. Sabe-se que neste País lê-se muito pouco jornal, lê-se muito poucas revistas e lê-se muito menos livros. O incentivo, portanto, à atividade editorialista, pressupõe que esse incentivo vá ser aproveitado através do surgimento de um público que possa utilizá-lo. Daí ser necessário que muita imaginação seja colocada num programa de desenvolvimento cultural pelos Estados, pelos maiores Municípios, pelo Governo Federal. É preciso criar, desenvolver no povo, o hábito de leitura. Temo muito que o incentivo isolado simplesmente à atividade editorialista redunde improficuo, já que, na realidade, precisa-se de público para manter também essa atividade. Que não é barata, como V. Ex^a sabe. Parece-me, assim, interessante que o problema seja analisado de um duplo ponto de vista: do surgimento do livro na editora e da formação do público para aquisição ou para uso das publicações. Isso me parece importante.

Política Cultural

O SR. MARCO MACIEL — Senador José Lins, tem V. Ex^a razão quando salienta um aspecto bem maior da discussão que ora travamos. É a necessidade de o País elaborar uma política cultural que contemple os mais variados segmentos e seja capaz de mobilizar não apenas a União, mas também os Estados e Municípios.

Agora, não pretendo desconhecer, meu caro Senador José Lins, que se nós conseguirmos exercitar, através de mecanismos legais, estímulos a essa atividade, nós já teremos dado um grande passo.

Por isso é que entre os apelos que faço, nesta tarde, eu insiro este, o relativo ao Imposto de Renda porque entendo ser este o mecanismo que poderá dar efeitos, de curto prazo, de criar condições para que se gere no País um significativo movimento editorial e para que se fortaleça no povo o hábito da leitura, para que se difunda, cada vez mais, a significação, a enorme resposta que pode dar a leitura dos jornais, livros e revistas.

O Sr. José Lins — Concordo com V. Ex^a Relembro, aliás, que esse tipo de incentivo muitas vezes pode trazer uma utilização inadequada. Ele pode desencadear realmente um acréscimo substancial no volume de publicações, até por interesse comercial. Mas se não cuidarmos da outra ponta da corda, se não desenvolvermos o hábito da leitura, muitas dessas publicações que serão adquiridas por empresas para distribuição, talvez até gratuita, certamente não serão lidas e o esforço poderá resultar inútil. Há, por isso, realmente, necessidade de combinar o hábito cultural do povo e a qualificação das publicações, com o incentivo à publicação visando o consumo eficaz de um bem que é essencial ao desenvolvimento do País.

O SR. MARCO MACIEL — Como eu já disse anteriormente, nobre Senador José Lins, eu sou daqueles que defendem a formulação e a execução de uma política cultural, ampla, abrangente para o nosso País. Mas, enquanto isso não ocorre, convém cogitar de apoiar programas editoriais criando outros incentivos através do imposto de renda. Se, eventualmente, surgirem distorções e incorreções no uso ou na manipulação desses incentivos, certamente — e aí terá todo o meu apoio — devemos promover as necessárias correções.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço V. Ex^a Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Marco Maciel, nós não podemos, embora, evidentemente, haja discordância de opiniões, deixar de levar em consideração que a Nação está colhendo os frutos das sementes que o regime plan-

tou ao longo dos últimos 20 anos. Sabe V. Ex^a da ação terrorista desenvolvida, ao longo do regime dos atos institucionais, sobre as atividades criacionais artístico-literárias em nosso País. Diversos editores, numerosos intelectuais foram simplesmente cassados, tiveram suspensos os seus direitos políticos, e alguns deles foram até banidos, outros até desapareceram. Evidentemente que isso foi uma ação tão perniciosa sobre o poder criativo do povo brasileiro que só teria que esterilizar as atividades culturais em nosso País, que se reflete agora, de modo dramático e danoso sobre a própria empresa editorial. Eu lembraria uma biografia de Calvino que tive a oportunidade de ler, em que o biógrafo informa que tamanha foi a ditadura espiritual de Calvino sobre Genebra que, durante duzentos anos, não apareceu em Genebra um só artista, em todos os ramos da criação artística. O primeiro a aparecer, para redimir Genebra daquela ditadura tão nefanda, foi, duzentos anos depois, Jean-Jacques Rousseau. E não se diga que esse terrorismo desapareceu no País, não, nobre Senador, pelo menos essas perseguições. Recentemente, o Teatro Nacional de Brasília exonerou, sumariamente, um dos maiores luminares da música, um verdadeiro patrimônio da cultura universal, que é o maestro Cláudio Santoro; exonerou-o sem a menor explicação e mandou o ilustre maestro, que me parece um dos últimos sobreviventes da escola de Villa Lobos, receber os seus vencimentos atrasados na Justiça do Trabalho. Sem querer me alongar, uma vez que abordarei o assunto na reunião de amanhã, cito para V. Ex^a apenas algumas das Orquestras Sinfônicas que esse grande maestro regeu no mundo, e que foi demitido há pouco pelo Governo do Distrito Federal: na Bulgária, a Orquestra Sinfônica e a Orquestra Filarmônica; na Checoslováquia, na Alemanha Ocidental, na Inglaterra, na Polônia, em Portugal, na Romênia, na União Soviética. Lá, ele regeu sete orquestras sinfônicas; no Uruguai e na Alemanha Ocidental, onde ele regeu seis orquestras sinfônicas. Além do mais, há vinte e cinco anos as gravadoras não gravam o maestro Cláudio Santoro em nosso País, quando na Alemanha ele é gravado, sistematicamente, ao lado dos grandes compositores mundiais. Então, Ex^a, é preciso que o seu apelo de fato seja atendido pelo Governo Federal para que o nosso País possa se reencontrar com as origens da sua cultura, que é uma das culturas mais bem sedimentadas em todos os países civilizados do mundo. Desculpe-me por tê-lo importunado com o meu aparte.

Progresso Editorial

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Fábio Lucena, ouvi com toda atenção a manifestação de V. Ex^a Quero dizer que não posso subscrever **in totum** as suas palavras, porque reconheço, em que pese todas as limitações que o País, nos últimos anos, tem conhecido, houve também nesse setor um signifi-

cativo progresso. Ao longo desses vinte anos, muitas editoras novas surgiram, o movimento editorial brasileiro se diversificou significativamente. Hoje, o País conhece indubitavelmente, melhores condições culturais do que no início da década de 1960.

Concordo com V. Ex^a quando V. Ex^a insiste na necessidade de novos estímulos para esse setor. Efetivamente, acredito seja um ponto extremamente importante se desejamos, como o disse atrás, promover um desenvolvimento orgânico e integrado da Nação brasileira. E um desenvolvimento orgânico e integrado somente ocorre quando se melhora o nível cultural do povo, quando se criam condições para que uma sociedade efetivamente possa ser mais culta, mais preparada e conseqüentemente, melhor habilitada para promover o seu próprio progresso.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Marco Maciel, parece que o nobre Senador Fábio Lucena confunde alhos com bugalhos, confunde o gênero com a espécie, confunde o autor com a editora. V. Ex^a fazia um brilhante pronunciamento sobre a crise editorial neste País, atingindo especificamente as empresas. Em nenhum momento V. Ex^a aludiu a uma suposta falta de criatividade no País em função do terrorismo cultural imposto. Verdade que esse terrorismo cultural existiu, mas, agora, nobre Senador Fábio Lucena, diante do clima de abertura política, nunca a criatividade deste País atingiu níveis tão elevados. Tivemos, na verdade, uma explosão de criatividade, atingindo, principalmente, aqueles setores que durante algum tempo estiveram sufocados e na clandestinidade. Tão logo abertas as comportas, tão logo revogado o AI-5, tão logo trazida a anistia e retornados os banidos e exilados ao País, tivemos uma verdadeira febre de publicações de memórias do exílio, de memórias do cárcere, de memórias de guerrilhas, que atingiu quase sempre, sistematicamente, os primeiros postos, os primeiros pontos na lista de **best-sellers**, na lista de publicações mais vendidas no País, sem que houvesse qualquer constrangimento a essa atividade. De modo que nunca tivemos tantos autores como agora, neste País, livres, desembaraçados em seus pensamentos para colocar no papel aquilo que a imaginação lhes acudir. O problema econômico é um problema geral, como V. Ex^a colocou, atingindo as empresas editoras. Ainda assim, V. Ex^a ressaltou muito bem que, enquanto morrem algumas empresas, enquanto, lamentavelmente, empresas que têm uma tradição e um serviço prestado à memória e a cultura deste País, como é o caso da José Olympio Editora, entram em processo de dificuldades financeiras, outras estão surgindo paralelamente. E nós assistimos, nestes últimos tempos, o surgimento da Editoria Nova Fronteira, o crescimento da Record. Temos a própria Abril Cultural, que desenvolveu, inclusive, um mercado de massa, fazendo chegar até o leitor menos favorecido publicações a

baixo custo. Inclusive agora, talvez um dos livros mais lidos neste País ou, pelo menos, um dos mais procurados logo em seguida à sua publicação, foi o Livro “Não”, do Professor Celso Furtado. Digo a V. Ex^a que, em São Paulo, eu o procurei numa banca, logo em seguida à publicação, no outro dia, e a edição já estava esgotada. A preço barato, Cr\$ 1.300,00, o livro que é um verdadeiro manifesto de política econômica alternativa, de política econômica de Oposição. De modo que não tem nenhuma procedência as observações do eminente Senador Fábio Lucena, embora concorde com a crise no setor editorial.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Marco Maciel, permita-me V. Ex^a um aparte; já que o meu nome foi ventilado, eu gostaria de dar um esclarecimento.

Forma de Felicidade

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com muito prazer nobre Senador.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, a alusão de confundir alhos com bugalhos não faz jus à inteligência e à dimensão intelectual do Senador Marcondes Gadelha, como eu também não diria nunca que S. Ex^a confunde funda com funda. Não, em absoluto, porque tenho o maior respeito por sua inteligência, por sua cultura e por seu talento. Mas, o assunto sobre o qual V. Ex^a está discorrendo, é um assunto abrangente. Se V. Ex^a tocou num setor específico, que é o ramo editorial, evidentemente que ele se estende, ele se delarga para os campos da educação e para os campos, essencialmente e principalmente, para os campos da cultura. Daí a minha interferência. Mas, não há como negar, a não ser querer negar a luz do dia ou a escuridão da noite, que esta esterilização aconteceu no País. Concordo com o ilustre Líder Marcondes Gadelha nas afirmativas que S. Ex^a fez, de que estamos de fato num processo de restauração e recuperação, inclusive na alusão feita às memórias do exílio, às memórias do cárcere, só faltando as memórias dos desaparecidos e dos assassinados, porque, infelizmente, estes não puderam escrever as suas memórias. Mas, se V. Ex^a observar, nobre Senador, há um funil na atividade editorial. Uma das coisas mais difíceis, hoje em dia — isto está publicado nos jornais, em pesquisas realizadas — é um escritor de baixa renda ou de renda média poder publicar suas obras. Daí endossar, mais uma vez, o apelo de V. Ex^a, no sentido de que ele seja ouvido, porque é um apelo justo e que muito irá facilitar esse renascimento de que efetivamente a Pátria está necessitando.

O SR. MARCO MACIEL - Antes de concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, gostaria de dizer que concordo com as manifestações feitas há pouco pelo nosso Líder, o Senador Marcondes Gadelha, quando chamou a atenção

para algo, a respeito do qual já tinha feito breve alusão: ao desenvolvimento que nos últimos anos alcançou o País em seu movimento editorial. Mas isto não quer dizer, como aqui também se salientou, que nós já tenhamos chegado à condição ideal, sobretudo se verificarmos que somos um país com quase 130 milhões de habitantes e que o nosso movimento editorial ainda é relativamente pequeno, se comparado inclusive com outros países do mundo, e, de modo especial, com países latino-americanos.

Gostaria, também, de assinalar, antes de concluir minhas considerações que, à frente da Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura se encontra hoje o Professor Marcos Vinícius Villaça, o qual está extremamente preocupado em elaborar uma política cultural abrangente para o nosso País, de sorte a que possamos, através de um amplo movimento de participação e mobilização de todos, conseguirmos fazer com que as atividades culturais ganhem mais espaço e mais terreno em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não tenho dúvida, caso venham a ser adotadas as propostas que hora formulamos ao Poder Executivo, de sua enorme repercussão para as atividades desse setor. Não será menor, porém, e isso é que desejo ressaltar, os efeitos que as medidas terão para o desenvolvimento, quer da sociedade brasileira como um todo, particularmente sob os aspectos cultural, político, econômico e social, quer do cidadão em si, porque, como afirmava Montaigne, "a leitura é uma forma de felicidade".

IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECONOMIA

Vem de ser realizado em Santa Catarina, na aprazível e acolhedora cidade de Camboriú, o XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, sob os auspícios da Federação Brasileira de Biblioteconomia e Documentação e da Associação Catarinense de Bibliotecários.

Tendo comparecido ao referido conclave, inclusive proferindo palestra, senti, pela seriedade e capacidade demonstrada por seus organizadores e participantes, a importância do encontro para o debate dos problemas do setor e, particularmente, da profissão do Bibliotecário.

O Estado de Santa Catarina — escolhido como sede do conclave — mercê da opulência de sua formação histórica e das características múltiplas de aspectos da atividade empreendedora de sua gente, constitui expressão marcante da nacionalidade brasileira, reafirmando-lhe os seus mais lídimos valores, nos campos econômico, social, cultural e político.

Relembro, na formação da paisagem demográfica daquela porção meridional do País, vindos de São Vicente e de São Paulo, a ação pioneira de paulistas e vicentinos, que assentaram um início de civilização, uma nação de grandes marinheiros no litoral catarinense, que, de tão belo, levou Saint-Hilaire, deslumbrado, a afirmar: “nada mais lindo que os arredores de Santa Catarina”.

Destaco a imigração alemã para São Pedro de Alcântara e as dos sardos-italianos tijucas, primeiro. Depois, uns e outros, para Blumenau, Joinvile e Brusque — e para as bandas de Tubarão e Urussanga.

E mais: os libaneses e os gregos, os poloneses e os russos, os irlandeses, belgas e japoneses, amalgamando com os ilhéus portugueses e os brasileiros de São Paulo, com a expulsão dos carijós, uma nova gente, uma nova civilização.

Estado jovem, vejo em suas primeiras décadas neste século, uma civilização essencialmente agrícola e o começo das atividades industriais no Vale do Itajaí e Blumenau e o surgimento, após a I Grande Guerra, da indústria têxtil e de alimentos. Contemplo, enfim, nos nossos dias, linhas nobres de têxteis, metalurgia, mecânica, eletricidade e eletrônica; papel e papelão, o alçar vôo, também, na aviação civil — regional e brasileira, a um só tempo.

Acodem-me, no Oeste, lindeiro da Argentina, as ribanceiras do Peperi-Açu; ressurgem no Sul, as barrancas do Uruguai e do Canoas, do Pelotas e do Rio das Contas. Acorre-me, sobretudo, caracterizar-se seu território por

distribuir-se harmonicamente, a população, em microrregiões onde avultam cidades-pólos, o que deveria, aliás, constituir modelo brasileiro de ocupação espacial.

Em todo esse terreno é Santa Catarina plural em sua atividade, reunindo à tradição agropastoril, as grandes forjas industriais, e ao carvão mineral de suas entranhas uma hortifruticultura de competitividade internacional. Tudo isso faz encher, fundamentalmente, de orgulho nacional e merecer aquele Estado não só admiração e respeito, como também maior participação nas decisões nacionais.

Lembro, a propósito, a figura de Anita Garibaldi, heroína de dois mundos, ou noutra plano, o heróico “Regimento de Linha”, peitinhos cor de folhas, nascente cristalina do carinhoso apelido “barriga verde”, que batiza gloriosamente este povo.

Não pretendo olvidar a contribuição política mais recente: Hercílio Luz, Jorge Lacerda, Edmundo da Luz Pinto, Lauro Müller, Nereu Ramos e Irineu Bornhausen, pai de nosso atuante colega Senador Jorge Bornhausen, para referir-me apenas a alguns, entre muitos, que a providência tem sob seu pálio. Tampouco desejo relevar a contribuição de seus valores artístico-culturais e o faço homenageando Victor Meirelles, Luis Delfino e o grande Cruz e Souza.

Função política

Permiti-me essas observações sobre a gente e o Estado de Santa Catarina pela constatação de que o auspicioso ambiente fez desabrochar observações relativas ao sentido social e cultural da profissão de Bibliotecário, de par com a sua função pedagógica e administrativa, a qual, por isso mesmo, tem muito a ver com a natureza da ação política.

De fato, o ofício do Bibliotecário e a missão do político convergem ambos para o interesse da comunidade, para o interesse público, no exercício de seus misteres, na plenitude de suas vocações.

A biblioteconomia transcende, no seu significado maior, a sua definição de saber técnico que se ocupa do estudo teórico e prático da organização, administração, classificação e utilização do acervo bibliográfico.

A razão de ser da Biblioteconomia, e, portanto, do seu principal protagonista, o Bibliotecário, vincula-se a uma atividade pedagógico-social, de difusão de conhecimentos, de informações, de artes e humanidades em geral.

O Bibliotecário vem a ser não apenas o principal colaborador do homem de ciência, dos pesquisadores, dos intelectuais, dos estudantes, dos artistas: é

graças a sua profícua atividade que o leitor, todo aquele que espontaneamente busca o universo do livro, tem acesso ao imenso tesouro das mais variadas formas de expressão da inteligência e da sensibilidade humana.

Não data deste século, ou da centúria passada, a importante função social do Bibliotecário. O seu perfil profissional parece delinear-se com gradativa nitidez a partir do Renascimento, pouco antes que surgisse alada, envolvente, onímoda, aquela realidade que na sugestiva metáfora de Marshall McLuhan foi denominada de “a galáxia de Gutemberg”.

Com efeito, a invenção da tipografia dará ensejo a uma vasta mutação de formas psicossociais de existência e condicionará largamente muitas outras inovações tecnológicas. O novo meio de comunicação torna-se o grande instrumento de partida de uma civilização vigorosa e original.

A darmos crédito às sugestivas imagens de McLuhan, é a partir de então que se cria a realidade do público, que se estrutura como realidade burocrático-jurídica-política o Estado, que se desenvolve a consciência individual, que surge na plena autoconsciência as nações, crescentemente ciosas de sua identidade, das suas peculiaridades, das suas fronteiras, da sua autonomia, dos seus valores nacionais.

A razão de ser dessa transmutação, segundo o autor canadense, residia em que a partir de então os livros começavam a surgir em línguas dantes apenas falada e jamais escritas. Com a língua escrita foi-se adquirindo, no âmbito dos povos, a paulatina consciência da sua identidade e dos seus valores.

A nossa civilização, com efeito, não teria existido sem a profunda revolução intelectual e social produzida a partir da invenção da tecnologia tipográfica.

O livro impresso, é bem de ver, vinha favorecer o aprendizado individual, vinha propiciar a introspecção, o ensimesmamento, a reflexão demorada a partir de um recolhimento **chez sol**, a meditação silenciosa e fecunda — essa base poderosíssima para inumeráveis criações no campo da arte literária, para especulações no âmbito das técnicas e das ciências, para fermentações na sementeira das idéias sócio-políticas. Pode-se dizer, paradoxalmente, que o individualismo silenciosamente cultivado pela leitura semeará os movimentos ruidosos das multidões.

Democracia e livro

Nessa ordem de idéias, cumpre observar que a sociedade democrática é filha do livro. Noutras palavras: a imensa e multiforme revolução política que se

espraiou a partir do século XVIII teve como detonador a difusão de idéias encerradas no bojo dos livros.

O livro difundido, vulgarizado, posto ao alcance de todos como o saber das universidades tornado acessível a todas as inteligências. O saber autônomo e portátil, que qualquer um pode utilizar, suscitando a imaginação criadora, o raciocínio, o debate interior.

O livro passou então a ser informação, repertório de conhecimentos, exposição doutrinária, retrato das paixões humanas, criação estética, forma de extroversão de experiências existentes.

Por isso, se é certo que sem ciências, sem técnicas, não poderiam subsistir materialmente sociedades cada vez mais complexas, com crescente densidade populacional, é igualmente indiscutível que sem o Bibliotecário não haveria progresso nos conhecimentos possibilitados pela massa de informações emergentes a partir da “Explosão Bibliográfica”.

A Biblioteconomia possibilitou o ordenamento do caos que inevitavelmente adviria com o extraordinário acervo de publicações surgidas em todos os quadrantes da terra — organizando-o, classificando-o, e administrando inteligentemente a sua conservação e utilização.

O Bibliotecário passou a ser o guia, o intérprete, nessa **Selva selvaggia**, nessa Babel Bibliográfica, proporcionando economia de esforço mental, mediante a precisão, o repertório de informações, a análise técnica, a catalogação minuciosa e exata.

Eis que desaguamos na nossa época, forjada em grande parte pela difusão de idéias e de concepções de vida propiciada por livros.

Nesse mundo surgido de profundas transformações, e ainda em franco processo de mutação, mais do que nunca — ao contrário de que se chegou a pensar — se afirma a vitalidade do livro.

Não é de se crer que o livro venha a ser substituído, ou totalmente eclipsado, no futuro, pela fita magnética, pelo cartão perfurado a que o leitor teria acesso por meio do terminal do computador — consoante previsões de autores que se dedicam ao estudo do advento da sociedade informatizada.

Em verdade, são magníficos os recursos da tecnologia eletrônica e bem podemos supor a sua expansão, sua ampla utilização no futuro próximo. Estou convencido de que a informática, com o seu prodigioso elenco de utilidades, é uma das mais extraordinárias criações da mente humana, geradora de uma transformação tão significativa quanto foi a Revolução Industrial.

É certo igualmente que a tecnologia do século XX abarca e alimenta toda uma gama de conhecimentos humanos, tanto as ciências físicas quanto as humanidades.

Contudo, é de se notar que o livro — e, por extensão, a biblioteca — não contém apenas informação, não se limita a um saber quantificável ou mensurável. São numerosíssimos os setores da razão humana, insuscetíveis de mensuração ou quantificação; muitos são os domínios do espírito do homem irredutíveis, em última análise, a mera configuração de um dado.

Há um “campo pragmático” específico da técnica, que não se pode extrapolar para todo e qualquer quadrante do universo moral e psicológico do homem.

De mais a mais, a versatilidade, a autonomia, a permanente disponibilidade do livro, a imensa gama dos seus possíveis conteúdos, tornam-no insubstituível por qualquer produto da computação cibernética.

Límites da razão

Não creio que aquele “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley, venha a existir em detrimento da plenitude do espírito humano — como ocorria caso passássemos a viver sob a égide do número, de realidades abstratas, meramente técnicas, sem conexão vital com as mais profundas aspirações humanas.

Ainda há pouco, Daniel Boorstin, Diretor da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, lembrava que assim como o telefone não extinguiu o serviço postal, assim como a TV não aboliu o rádio nem os jornais, não há como supor que a informática venha a tornar obsoletos ou inúteis os livros. Pelo contrário, deve-se estimar que a informática venha a ser valioso instrumento de apoio da Biblioteconomia e Documentação. Ela — a informática — deve-se converter, cada vez mais, em recurso ancilar do desenvolvimento dessas atividades.

É preciso lembrar que há fronteiras para as técnicas, por mais que a técnica seja uma glória do homem, por mais que seja uma alta conquista fundada num direito da inteligência, por mais que constitua num nobre atributo da condição humana. Ultrapassadas as fronteiras da técnica, ter-se-ão transpostos também os limites da razão.

A característica-mor, o denominador comum, desse imenso painel de mutações sociais, econômicas, políticas e culturais, é, sem dúvida, o conhecimento, mais precisamente as tecnologias do conhecimento, que nas últimas décadas se transformaram no capital principal, no recurso decisivo do desenvolvimento das mais variadas atividades humanas.

Por isso mesmo, é a nossa época — mais do que qualquer outra da história da humanidade, uma era pletórica de conhecimento, de difusão em massa de informações, abrangendo todos os campos da atividade humana — a época da

educação aberta e permanente, onde é sempre buscada uma reciclagem, uma atualização incessante dos saberes, em qualquer faixa etária.

No que concerne especificamente ao nosso País, força é lembrar que o problema cresce de vulto porque a educação é fator decisivo para o desenvolvimento nacional — e é sabido que apesar de todo o esforço realizado nas últimas décadas, as carências no setor ainda são bastante significativas.

Foram as sociedades industriais mais amadurecidas que perceberam mais prontamente a indiscutível correlação positiva entre a educação, o crescimento da economia e o desenvolvimento social.

Dadas essas premissas, vemos claramente a importância vital de instituições como a escola, a universidade e a biblioteca.

A educação em larga escala, a informação onímoda acessível a todos, o conhecimento de toda casta tornando possível a quantos o busquem — todos esses componentes da educação aberta e permanente passam evidentemente pela biblioteca.

“Um País se constrói com livros e homens” — costumava dizer Monteiro Lobato, ele mesmo uma fonte perene de inspiração cívica, admirável escritor, editor e empresário que fez o Brasil sua preocupação permanente.

Com livros, porque mais do que nunca precisamos tornar acessível a milhões e milhões de brasileiros o maravilhoso e multifário universo do conhecimento, e através deles a comunidade teria sempre viva, preservada e incólume, a memória nacional, esse componente fundamental para a consciência histórica de uma nação.

Com livros e com homens, porque é com homens que se constrói um País como o nosso, com homens públicos imbuídos da mais viva consciência de nacionalidade, dotados do mais intenso sentimento cívico, impregnados do mais profundo senso de brasilidade.

O devotamento integral dos homens públicos à causa nacional deve ser o fermento de uma ampla transformação do nosso País. Homens públicos cientes e conscientes da realidade nacional, políticos debruçados, com dedicação integral e exclusiva, sobre os superiores interesses da nação.

Necessitamos, cada vez mais, de homens com o mais lúcido descortino dos verdadeiros problemas nacionais, homens capazes — para lembrar aqui a bela imagem de Salvador Madariaga a propósito de Ortega Y Gasset — homens capazes de recrutar cidadãos conscientes da sua pátria “con solo mirarlos”.

Somos um País jovem. Temos ainda um largo caminho a percorrer e, portanto, temos ainda diante de nós experiências sem conta a serem vividas, obstáculos os mais diversos a serem superados.

Em oportunidade recente, observava que o Brasil está vivendo, paradoxalmente, uma das maiores crises da sua história e, ao mesmo tempo, um dos mais

fecundos e criativos momentos da trajetória nacional, na medida em que temos toda a sociedade mobilizada, debatendo cotidianamente sob as mais variadas formas, a sua realidade, o seu destino, num clima de participação intenso, absolutamente essencial à vida de uma nação.

Sem elitismo

Por tudo isso, como afirmei no início de minhas palavras, existe uma íntima conexão entre Bibliotecários e Políticos, daí porque devem caminhar lado a lado, olhando juntos na mesma direção.

Uma comunidade, como se sabe, é formada por funções que se completam; a premência de satisfação das necessidades é que leva os homens a se reunirem e a se realizarem. E pela identificação das oportunidades ou pela divina distribuição dos talentos, são, a partir da vocação de cada um, adotados os encargos que trarão o bem-estar de todos.

É necessário, então, fazer retornar a ênfase sobre uma verdade que vai sendo esquecida, quando o tempo corrói o limo das palavras e o sentido da expressão “político”.

Assim, essa visão importa em conferir significado amplo, na correta acepção em que a empregavam os gregos, à palavra “político” e de redistribuí-lo, abrangente sobre todos os cidadãos, de tornar a estes capazes da deliberação — vitalizando os partidos, os grupos de interesse e uma opinião pública coerente, racional.

Permiti, então, que me detenha na missão política do Bibliotecário: a de possibilitar a formação das mentes, a qualificação do diálogo, a depuração dos interesses, e pela disseminação dos dados culturais, ensejar que seja a democracia, enfim, efetiva e verdadeiramente partilhada.

Isso, por sua vez, faz necessário, como corolário lógico, deva ser a cultura expandida não como um fim em si, e não só para ampliação das oportunidades dos indivíduos, mas para que todos tenham capacidade de discutir e deliberar sobre os assuntos públicos.

Daí decorre não haver qualquer elitismo, portanto, no esforço pela ampliação da cultura; ao contrário, está no cerne do próprio intento democrático a disseminação do conhecimento, o estímulo à discussão crítica, para que os problemas do Estado, amplamente debatidos, possam encontrar a melhor solução, e para que sejam livres os canais onde possam desaguar os interesses e as aspirações comuns.

A democratização da cultura, ao lado, é certo, da própria técnica, levou à transformação da vocação individual do Bibliotecário em missão profissional; à passagem de uma ocupação espontânea em ofício reclamado pela comunidade.

É nesse diapasão cultural e político, que chamo, mais uma vez, a atenção para o sentido paralelo do ofício do Bibliotecário e da missão do Político, que convergem para um objetivo comum de superlativo alcance social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As observações que acabo de fazer a propósito da realização do XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação têm o objetivo de registrar, nesta Casa, a relevância do ofício do Bibliotecário e de contribuir com alguns subsídios para robustecer a consciência do papel dessa importante profissão e de chamar a atenção para a transcendência de sua atividade, inclusive para a construção de uma verdadeira sociedade democrática.

AÇÃO PARLAMENTAR

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Cem Anos de República*
- 2 — Informática e Desenvolvimento*
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica*
- 4 — Nordeste: o Semi-árido*
- 5 — Reforma Tributária*
- 6 — Ciência e Tecnologia*
- 7 — Desenvolvimento Urbano*
- 8 — Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica*
- 9 — Simplificação das Leis*
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa*
- 11 — Filinto Müller e a Política*
- 12 — Política de Desenvolvimento para uma Nação Multirregional*
- 13 — Agricultura: Nova Fronteira*
- 14 — Uma Política para Irrigação*
- 15 — Importância da Educação para a Realização Democrática*

Endereço para correspondência:

Senado Federal

Gabinete nº 01

CEP 70160 — Brasília — DF

